

QUADRO de COMPETÊNCIAS e REGIME JURÍDICO de FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS dos MUNICÍPIOS e das FREGUESIAS

Lei nº 169/99, de 18 de setembro

Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais:
Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro (Retificada pelas Declarações de Retificação nºs 4/2002, de 6 de fevereiro, e 9/2002, de 5 de março), Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro, Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto

Artigo 1.º¹

Objecto

Revogado.

CAPÍTULO II

Órgãos

Artigo 2.º²

Órgãos

Revogado.

CAPÍTULO III

Da freguesia

SECÇÃO I

Da assembleia de freguesia

Artigo 3.º³

Natureza

Revogado.

Artigo 4.º

Constituição

A assembleia de freguesia é eleita por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos recenseados na área da freguesia, segundo o sistema de representação proporcional.

¹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 5º
Composição

- 1 — A assembleia de freguesia é composta por 19 membros quando o número de eleitores for superior a 20 000, por 13 membros quando for igual ou inferior a 20 000 e superior a 5 000, por 9 membros quando for igual ou inferior a 5 000 e superior a 1 000 e por 7 membros quando for igual ou inferior a 1 000.
- 2 — Nas freguesias com mais de 30 000 eleitores, o número de membros atrás referido é aumentado de mais um por cada 10 000 eleitores para além daquele número.
- 3 — Quando, por aplicação da regra anterior, o resultado for par, o número de membros obtido é aumentado de mais um.

Artigo 6º
Impossibilidade de eleição

- 1 — Quando não seja possível eleger a assembleia de freguesia por falta de apresentação de listas de candidatos ou por estas terem sido todas rejeitadas, procede-se de acordo com o disposto nos números seguintes.
- 2 — No caso de falta de apresentação de listas de candidatos, a câmara municipal nomeia uma comissão administrativa, composta por três ou cinco membros consoante o número de eleitores seja inferior, ou igual ou superior, a 5 000, e procede à marcação de novas eleições.
- 3 — Na nomeação dos membros da comissão administrativa, a câmara municipal deve tomar em consideração os últimos resultados verificados na eleição para a assembleia de freguesia.
- 4 — A comissão administrativa substitui os órgãos da freguesia e não pode exercer funções por prazo superior a seis meses.
- 5 — As novas eleições devem realizar-se até 70 dias antes do termo do prazo referido no número anterior e a sua marcação deve ser feita com a antecedência prevista na lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais.
- 6 — No caso de todas as listas terem sido rejeitadas, a câmara municipal procede desde logo à marcação de novas eleições, a realizar no período de 30 dias que imediatamente se seguir àquele em que se deveria ter realizado o acto eleitoral.

Artigo 7º⁴
Convocação para o acto de instalação dos órgãos

- 1 — Compete ao presidente da assembleia de freguesia cessante proceder à convocação dos eleitos para o acto de instalação do órgão.
- 2 — A convocação é feita nos cinco dias subsequentes ao do apuramento definitivo dos resultados eleitorais, por meio de edital e por carta com aviso de recepção ou por protocolo e tendo em consideração o disposto no nº 1 do artigo seguinte.
- 3 — Na falta de convocação no prazo do número anterior, cabe ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para assembleia de freguesia efectuar a convocação em causa, nos cinco dias imediatamente seguintes ao esgotamento do prazo referido.
- 4 — Nos casos de instalação após eleições intercalares, a competência referida no nº 1 é exercida pelo presidente da comissão administrativa cessante.

Artigo 8º⁵
Instalação

- 1 — O presidente da assembleia de freguesia cessante ou o presidente da comissão administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão

⁴ Redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁵ Redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

melhor posicionado na lista vencedora, procede à instalação da nova assembleia até ao 20º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.

2 — Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.

3 — A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que, justificadamente, hajam faltado ao acto de instalação é feita na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

Artigo 9º⁶

Primeira reunião

1 — Até que seja eleito o presidente da assembleia, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada ou, na sua falta, ao cidadão sucessivamente melhor posicionado nessa mesma lista presidir à primeira reunião de funcionamento da assembleia de freguesia que se efectua mediamente a seguir ao acto de instalação, para efeitos de eleição, por escrutínio secreto, dos vogais da junta de freguesia, bem como do presidente e secretários da mesa da assembleia de freguesia.

2 — Na ausência de disposição regimental compete à assembleia deliberar se cada uma das eleições a que se refere o número anterior é uninominal ou por meio de listas.

3 — Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição, obrigatoriamente uninominal.

4 — Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia de freguesia, preferindo sucessivamente a mais votada.

5 — A substituição dos membros da assembleia que irão integrar a junta seguir-se-á imediatamente à eleição dos vogais desta, procedendo-se depois à verificação da identidade e legitimidade dos substitutos e à eleição da mesa.

6 — Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 10º⁷

Composição da mesa

1 — A mesa da assembleia é composta por um presidente, um 1º secretário e um 2º secretário e é eleita pela assembleia de freguesia, de entre os seus membros.

2 — A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia.

3 — O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º secretário e este pelo 2º secretário.

4 — Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia de freguesia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião, salvo disposição contrária constante do regimento.

5 — O presidente da mesa é o presidente da assembleia de freguesia.

6 — *(Eliminado.)*

7 — *(Eliminado.)*

Artigo 10º-A⁸

Competências da mesa

Revogado.

⁶ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁷ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente aditado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Artigo 11º⁹**Alteração da composição**

- 1 — Os lugares deixados em aberto na assembleia de freguesia, em consequência da saída dos membros que vão constituir a junta, ou por morte, renúncia, perda de mandato, suspensão ou outra razão, são preenchidos nos termos do artigo 79º
- 2 — Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pela tutela das autarquias locais, para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º
- 3 — As eleições realizam-se no prazo de 40 a 60 dias a contar da data da respectiva marcação.
- 4 — A nova assembleia de freguesia completa o mandato da anterior.

Artigo 12º¹⁰**Participação de membros da junta nas sessões**

- 1 — A junta faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia de freguesia pelo presidente que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
- 2 — Em caso de justo impedimento, o presidente da junta pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.
- 3 — Os vogais da junta de freguesia devem assistir às sessões da assembleia de freguesia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da junta, ou do seu substituto.
- 4 — Os vogais da junta de freguesia que não sejam tesoureiros ou secretários têm direito às senhas de presença nos termos do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 11/96, de 18 de Abril.
- 5 — Os vogais da junta de freguesia podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

Artigo 13º¹¹**Sessões ordinárias**

Revogado.

Artigo 14º¹²**Sessões extraordinárias**

Revogado.

Artigo 15º¹³**Participação de eleitores**

Revogado.

Artigo 16º¹⁴**Duração das sessões**

Revogado.

⁹ Redacção da Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹⁰ Redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

¹¹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

¹³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Artigo 17º¹⁵
Competências

1 — Compete à assembleia de freguesia:

- a) Eleger, por voto secreto, os vogais da junta de freguesia;
- b) Eleger, por voto secreto, o presidente e os secretários da mesa;
- c) *Revogado.*
- d) *Revogado.*
- f) *Revogado.*
- g) *Revogado.*
- h) *Revogado.*
- i) *Revogado.*
- j) *Revogado.*
- l) *Revogado.*
- m) *Revogado.*
- n) *Revogado.*
- o) *Revogado.*
- p) Votar moções de censura à junta de freguesia, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros, no âmbito do exercício das respectivas competências;
- q) *Revogado.*
- r) *Revogado.*
- s) *Revogado.*

2 — *Revogado.*

3 — *Revogado.*

4 — *Revogado.*

5 — *Revogado.*

6 — *Revogado.*

Artigo 18º¹⁶
Delegação de tarefas

Revogado.

Artigo 19º¹⁷
Competências do presidente da assembleia

Revogado.

Artigo 20º¹⁸
Competência dos secretários

Revogado.

SECÇÃO II
Do plenário de cidadãos eleitores

Artigo 21º
Composição do plenário

1 — Nas freguesias com 150 eleitores ou menos, a assembleia de freguesia é substituída pelo plenário dos cidadãos eleitores.

¹⁵ Redação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹⁷ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

¹⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2 — O plenário não pode deliberar validamente sem que estejam presentes, pelo menos, 10% dos cidadãos eleitores recenseados na freguesia.

Artigo 22º

Remissão

O plenário de cidadãos eleitores rege-se, com as necessárias adaptações, pelas regras estabelecidas para a assembleia de freguesia e respectiva mesa.

SECÇÃO III

Da junta de freguesia

Artigo 23º¹⁹

Natureza e constituição

1 — *Revogado.*

2 — A junta é constituída por um presidente e por vogais, sendo que dois exercerão as funções de secretário e de tesoureiro.

Artigo 24º²⁰

Composição

1 — Nas freguesias com mais de 150 eleitores, o presidente da junta é o cidadão que encabeçar a lista mais votada na eleição para a assembleia de freguesia e, nas restantes, é o cidadão eleito pelo plenário de cidadãos eleitores recenseados na freguesia.

2 — Os vogais são eleitos pela assembleia de freguesia ou pelo plenário de cidadãos eleitores, de entre os seus membros, mediante proposta do presidente da junta, nos termos do artigo 9º, tendo em conta que:

- a) Nas freguesias com 5 000 ou menos eleitores há dois vogais;
- b) Nas freguesias com mais de 5 000 eleitores e menos de 20 000 eleitores há quatro vogais;
- c) Nas freguesias com 20 000 ou mais eleitores há seis vogais.

Artigo 25º

Primeira reunião

A primeira reunião tem lugar nos cinco dias imediatos à constituição do órgão, competindo ao presidente a respectiva marcação e convocação, a fazer por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo com, pelo menos, dois dias de antecedência.

Artigo 26º

Regime de funções

Os membros das juntas de freguesia podem exercer o mandato em regime de tempo inteiro ou de meio tempo, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 27º²¹

Funções a tempo inteiro e a meio tempo

1 — Nas freguesias com o mínimo de 5 000 eleitores e o máximo de 10 000 eleitores ou nas freguesias com mais de 3 500 eleitores e de 50 km² de área, o presidente da junta pode exercer o mandato em regime de meio tempo.

¹⁹ Redação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

²⁰ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

²¹ Redação da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.

- 2 — Nas freguesias com mais de 10 000 eleitores ou nas freguesias com mais de 7 000 eleitores e de 100 km² de área, o presidente da junta pode exercer o mandato em regime de tempo inteiro.
- 3 — Desde que suportado pelo orçamento da freguesia, e sem que o encargo anual com a respetiva remuneração ultrapasse 12 % do valor total geral da receita constante na conta de gerência do ano anterior, nem do valor inscrito no orçamento em vigor:
- a) Pode exercer o mandato em regime de meio tempo o presidente de junta nas freguesias com até 1500 eleitores;
 - b) Pode exercer o mandato em regime de tempo inteiro o presidente de junta nas freguesias com mais de 1500 eleitores e o máximo de 10 000.
 - c) Pode ainda exercer o mandato em regime de tempo inteiro mais um vogal do órgão executivo das freguesias com mais de 10 000 eleitores e o máximo de 20 000 ou das freguesias com mais de 7000 eleitores e de 100 km² de área;
 - d) Podem ainda exercer o mandato em regime de tempo inteiro mais dois vogais do órgão executivo das freguesias com mais de 20 000 eleitores.
- 4 — Os tempos inteiros referidos nos números anteriores podem ser divididos em meios tempos, nos termos gerais.
- 5 — A possibilidade de exercício de funções a tempo inteiro habilita igualmente o exercício de funções apenas a meio tempo, nomeadamente nos casos em que tal seja necessário para assegurar o cumprimento dos limites com encargos anuais previstos no n.º 3.
- 6 — O número de eleitores relevante para efeitos dos números anteriores é o constante do recenseamento vigente na data das eleições gerais, imediatamente anteriores, para a assembleia de freguesia.

Artigo 28º

Repartição do regime de funções

- 1 — O presidente pode atribuir a um dos restantes membros da junta o exercício das suas funções em regime de tempo inteiro ou de meio tempo.
- 2 — Quando ao presidente caiba exercer o mandato em regime de tempo inteiro pode:
- a) Optar por exercer as suas funções em regime de meio tempo, atribuindo a qualquer dos restantes membros o outro meio tempo;
 - b) Dividir o tempo inteiro em dois meios tempos, repartindo-os por dois dos restantes membros da junta;
 - c) Atribuir o tempo inteiro a qualquer dos restantes membros.

Artigo 29º

Substituições

- 1 — As vagas ocorridas na junta de freguesia são preenchidas:
- a) A de presidente, nos termos do artigo 79º;
 - b) A de vogal, através de nova eleição pela assembleia de freguesia.
- 2 — Esgotada, em definitivo, a possibilidade de preenchimento da vaga de presidente, cabe à câmara municipal, após a comunicação do facto pelo presidente da assembleia de freguesia, proceder à marcação de novas eleições para a assembleia de freguesia, no prazo de 30 dias, com respeito pelo disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 11º e sem prejuízo do disposto no artigo 99º.
- 3 — A comunicação referida no número anterior deve ser feita no prazo de oito dias a contar da data da verificação da impossibilidade.

Artigo 30º²²

Periodicidade das reuniões

Revogado.

²² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 31º²³

Convocação das reuniões ordinárias

Revogado.

Artigo 32º²⁴

Convocação das reuniões extraordinárias

Revogado.

Artigo 33º²⁵

Competências

Revogado.

Artigo 34º²⁶

Competências próprias

Revogado.

Artigo 35º²⁷

Delegação de competências no presidente

Revogado.

Artigo 36º²⁸

Protocolos de colaboração com entidades terceiras

Revogado.

Artigo 37º²⁹

Competências delegadas pela câmara municipal

Revogado.

Artigo 38º³⁰

Competências do presidente

Revogado.

SECÇÃO IV

Do regime do pessoal

Artigo 39º³¹

Benefícios

²³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

²⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

²⁵ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

²⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

²⁷ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

²⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

²⁹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

³⁰ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

³¹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Revogado.

Artigo 40º³²
Contratos

Revogado.

CAPÍTULO IV
Do município

SECÇÃO I
Da assembleia municipal

Artigo 41º³³
Natureza

Revogado.

Artigo 42º³⁴
Constituição

- 1 — A assembleia municipal é constituída por membros eleitos directamente em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia, que a integram.
- 2 — O número de membros eleitos directamente não pode ser inferior ao triplo do número de membros da respectiva câmara municipal.
- 3 — Nas sessões da assembleia municipal participam os cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia da área do município, enquanto estas não forem instaladas.

Artigo 43º
Convocação para o acto de instalação dos órgãos

- 1 — Compete ao presidente da assembleia municipal cessante proceder à convocação dos eleitos para o acto de instalação dos órgãos da autarquia, que deve ser conjunto e sucessivo.
- 2 — A convocação é feita nos cinco dias subsequentes ao do apuramento definitivo dos resultados eleitorais, por meio de edital e carta com aviso de recepção ou através de protocolo e tendo em consideração o disposto no nº 1 do artigo seguinte.
- 3 — Na falta de convocação, no prazo do número anterior, cabe ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a assembleia municipal efectuar a convocação em causa, nos cinco dias imediatamente seguintes ao esgotamento do prazo referido.

Artigo 44º³⁵
Instalação

- 1 — O presidente da assembleia municipal cessante ou o presidente da comissão administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora procede à instalação da nova assembleia até ao 20º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.

³² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

³³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

³⁴ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

³⁵ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

2 — Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.

3 — A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

Artigo 45º³⁶
Primeira reunião

1 — Até que seja eleito o presidente da assembleia compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada ou, na sua falta, ao cidadão sucessivamente melhor posicionado nessa mesma lista presidir à primeira reunião de funcionamento da assembleia municipal, que se efectua imediatamente a seguir ao acto de instalação, para efeitos de eleição do presidente e secretários da mesa.

2 — Na ausência de disposição regimental compete à assembleia deliberar se a eleição a que se refere o número anterior é uninominal ou por meio de listas.

3 — Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição obrigatoriamente uninominal.

4 — Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia municipal, preferindo sucessivamente a mais votada.

5 — Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 46º³⁷
Composição da mesa

1 — A mesa da assembleia é composta por um presidente, um 1º secretário e um 2º secretário e é eleita, por escrutínio secreto, pela assembleia municipal, de entre os seus membros.

2 — A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia.

3 — O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º secretário e este pelo 2º secretário.

4 — Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião, salvo disposição contrária constante do regimento.

5 — O presidente da mesa é o presidente da assembleia municipal.

6 — *(Eliminado.)*

7 — *(Eliminado.)*

Artigo 46º-A³⁸
Competências da mesa

Revogado.

Artigo 46º-B³⁹
Grupos municipais

1 — Os membros eleitos, bem como os presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais, nos termos da lei e do regimento.

³⁶ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

³⁷ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

³⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente aditado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

³⁹ Aditado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

- 2 — A constituição de cada grupo municipal efectua-se mediante comunicação dirigida ao presidente da assembleia municipal, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação bem como a respectiva direcção.
- 3 — Cada grupo municipal estabelece a sua organização, devendo qualquer alteração na composição ou direcção do grupo municipal ser comunicada ao presidente da assembleia municipal.
- 4 — Os membros que não integrem qualquer grupo municipal comunicam o facto ao presidente da assembleia e exercem o mandato como independentes.

Artigo 47º⁴⁰

Alteração da composição da assembleia

- 1 — Quando algum dos membros deixar de fazer parte da assembleia, por morte, renúncia, perda de mandato ou por outra razão, é substituído nos termos do artigo 79º ou pelo novo titular do cargo com direito de integrar o órgão, conforme os casos.
- 2 — Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao membro do Governo responsável pela tutela das autarquias locais, para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º
- 3 — As eleições realizam-se no prazo de 40 a 60 dias a contar da data da respectiva marcação.
- 4 — A nova assembleia municipal completa o mandato da anterior.

Artigo 48º⁴¹

Participação dos membros da câmara na assembleia municipal

- 1 — A câmara municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia municipal pelo presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
- 2 — Em caso de justo impedimento, o presidente da câmara pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.
- 3 — Os vereadores devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.
- 4 — Os vereadores que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm o direito às senhas de presença, nos termos do artigo 10º da Lei nº 29/87, de 30 de Junho.
- 5 — Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

Artigo 49º⁴²

Sessões ordinárias

Revogado.

Artigo 50º⁴³

Sessões extraordinárias

Revogado.

Artigo 51º⁴⁴

Participação de eleitores

Revogado.

⁴⁰ Redacção da Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴¹ Redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁴² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

*Artigo 52º*⁴⁵
Duração das sessões

Revogado.

*Artigo 52º-A*⁴⁶
Instalação e funcionamento

Revogado.

*Artigo 53º*⁴⁷
Competências

1 — Compete à assembleia municipal:

a) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;

b) *Revogado.*

c) *Revogado.*

d) *Revogado.*

e) *Revogado.*

f) *Revogado.*

g) *Revogado.*

h) *Revogado.*

i) *Revogado.*

j) *Revogado.*

l) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;

m) *Revogado.*

n) *Revogado.*

o) *Revogado.*

p) *Revogado.*

q) *Revogado.*

r) *Revogado.*

2 — *Revogado.*

3 — *Revogado.*

4 — *Revogado.*

5 — *Revogado.*

6 — *Revogado.*

7 — *Revogado.*

8 — *Revogado.*

*Artigo 54º*⁴⁸
Competência do presidente da assembleia

Revogado.

*Artigo 55º*⁴⁹
Competência dos secretários

⁴⁵ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente aditado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴⁷ Redação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁴⁹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Revogado.

SECÇÃO II
Da câmara municipal

Artigo 56º
Natureza e constituição

1 — A câmara municipal é constituída por um presidente e por vereadores, um dos quais designado vice-presidente, e é o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores recenseados na sua área.

2 — A eleição da câmara municipal é simultânea com a da assembleia municipal, salvo no caso de eleição intercalar.

Artigo 57º
Composição

1 — É presidente da câmara municipal o primeiro candidato da lista mais votada ou, no caso de vacatura do cargo, o que se lhe seguir na respectiva lista, de acordo com o disposto no artigo 79º.

2 — Para além do presidente, a câmara municipal é composta por:

- a) Dezasseis vereadores em Lisboa;
- b) Doze vereadores no Porto;
- c) Dez vereadores nos municípios com 100 000 ou mais eleitores;
- d) Oito vereadores nos municípios com mais de 50 000 e menos de 100 000 eleitores;
- e) Seis vereadores nos municípios com mais de 10 000 e até 50 000 eleitores;
- f) Quatro vereadores nos municípios com 10 000 ou menos eleitores.

3 — O presidente designa, de entre os vereadores, o vice-presidente a quem, para além de outras funções que lhe sejam distribuídas, cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 58º
Vereadores a tempo inteiro e a meio tempo

1 — Compete ao presidente da câmara municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número, até aos limites seguintes:

- a) Quatro, em Lisboa e no Porto;
- b) Três, nos municípios com 100 000 ou mais eleitores;
- c) Dois, nos municípios com mais de 20 000 e menos de 100 000 eleitores;
- d) Um, nos municípios com 20 000 ou menos eleitores.

2 — Compete à câmara municipal, sob proposta do respectivo presidente, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites previstos no número anterior.

3 — O presidente da câmara municipal, com respeito pelo disposto nos números anteriores, pode optar pela existência de vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, neste caso correspondendo dois vereadores a um vereador a tempo inteiro.

4 — Cabe ao presidente da câmara escolher os vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, fixar as suas funções e determinar o regime do respectivo exercício.

Artigo 59º⁵⁰
Alteração da composição da câmara

1 — No caso de morte, renúncia, suspensão ou perda de mandato de algum membro da câmara municipal em efectividade de funções, é chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, nos termos do artigo 79º.

⁵⁰ Redação da Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

2 — Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria do número legal de membros da câmara municipal, o presidente comunica o facto à assembleia municipal e ao membro do Governo responsável pelas tutela das autarquias locais, para que este proceda à marcação do dia de realização das eleições intercalares, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º

3 — Esgotada, em definitivo, a possibilidade de preenchimento da vaga de presidente da câmara, cabe à assembleia municipal proceder de acordo com o número anterior, independentemente do número de membros da câmara municipal em efectividade de funções.

4 — As eleições realizam-se no prazo de 40 a 60 dias a contar da data da respectiva marcação.

5 — A câmara municipal que for eleita completa o mandato da anterior.

6 — O funcionamento da câmara municipal quanto aos assuntos inadiáveis e correntes, durante o período transitório, é assegurado:

a) Pelos membros ainda em exercício da câmara municipal cessante, quando em número não inferior a três, constituídos automaticamente em comissão administrativa, presidida pelo primeiro na ordem da lista mais votada das listas em causa, até que ocorra a designação prevista na alínea seguinte;

b) Por uma comissão administrativa composta por cinco membros indicados pelos partidos ou coligações que detinham mandatos na câmara municipal cessante e nomeados pelo governo.

7 — A distribuição pelos partidos ou coligações do número de membros da comissão administrativa previsto na alínea b) do número anterior será feita por aplicação do sistema proporcional pelo método da média mais alta de Hondt aos resultados da eleição da câmara municipal cessante, competindo ao partido ou coligação mais votada a indicação do presidente.

Artigo 60.º⁵¹

Instalação

1 — A instalação da câmara municipal cabe ao presidente da assembleia municipal cessante ou, na sua falta, ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a assembleia municipal, de entre os presentes, e deve ter lugar no prazo de 20 dias a contar do apuramento definitivo dos resultados eleitorais.

2 — Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.

3 — A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

Artigo 61.º

Primeira reunião

A primeira reunião tem lugar nos cinco dias imediatos à constituição do órgão, competindo ao presidente a respectiva marcação e convocação, a fazer por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo com, pelo menos, dois dias de antecedência.

Artigo 62.º⁵²

Periodicidade das reuniões ordinárias

Revogado.

Artigo 63.º⁵³

Convocação de reuniões extraordinárias

⁵¹ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁵² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁵³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Revogado.

*Artigo 64º*⁵⁴
Competências

Revogado.

*Artigo 65º*⁵⁵
Delegação de competências

Revogado.

*Artigo 66º*⁵⁶
Competências delegáveis na freguesia

Revogado.

*Artigo 67º*⁵⁷
Protocolos de colaboração com entidades terceiras

Revogado.

*Artigo 68º*⁵⁸
Competências do presidente da câmara

Revogado.

*Artigo 69º*⁵⁹
Distribuição de funções

Revogado.

*Artigo 70º*⁶⁰
Delegação de competências no pessoal dirigente

Revogado.

*Artigo 71º*⁶¹
Dever de informação

Revogado.

*Artigo 72º*⁶²
Superintendência nos serviços

⁵⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁵⁵ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁵⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁵⁷ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁵⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁵⁹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶⁰ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶¹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Revogado.

Artigo 73º⁶³

Apoio aos membros da câmara

Revogado.

Artigo 74º⁶⁴

Estatuto dos membros dos gabinetes de apoio pessoal

Revogado.

CAPÍTULO V

Disposições comuns

Artigo 75º⁶⁵

Duração e natureza do mandato

- 1 — Os membros dos órgãos das autarquias locais são titulares de um único mandato.
- 2 — O mandato dos titulares dos órgãos das autarquias locais é de quatro anos.
- 3 — Os vogais da junta de freguesia mantêm o direito a retomar o seu mandato na assembleia de freguesia, se deixarem de integrar o órgão executivo.

Artigo 76º

Renúncia ao mandato

- 1 — Os titulares dos órgãos das autarquias locais gozam do direito de renúncia ao respectivo mandato a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes quer depois da instalação dos órgãos respectivos.
- 2 — A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao presidente do órgão, consoante o caso.
- 3 — A substituição do renunciante processa-se de acordo com o disposto no número seguinte.
- 4 — A convocação do membro substituto compete à entidade referida no nº 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o acto de instalação ou reunião do órgão e estiver presente o respectivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito de acordo com o nº 2.
- 5 — A falta de eleito local ao acto de instalação do órgão, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
- 6 — O disposto no número anterior aplica-se igualmente, nos seus exactos termos, à falta de substituto, devidamente convocado, ao acto de assunção de funções.
- 7 — A apreciação e a decisão sobre a justificação referida nos números anteriores cabem ao próprio órgão e devem ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

Artigo 77º

Suspensão do mandato

- 1 — Os membros dos órgãos das autarquias locais podem solicitar a suspensão do respectivo mandato.

⁶³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶⁵ Redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

2 — O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao presidente e apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação.

3 — São motivos de suspensão, designadamente:

- a) Doença comprovada;
- b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
- c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.

4 — A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.

5 — A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário do órgão pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.

6 — Enquanto durar a suspensão, os membros dos órgãos autárquicos são substituídos nos termos do artigo 79º

7 — A convocação do membro substituto faz-se nos termos do nº 4 do artigo 76º.

Artigo 78º

Ausência inferior a 30 dias

1 — Os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.

2 — A substituição obedece ao disposto no artigo seguinte e opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente do órgão respectivo, na qual são indicados os respectivos início e fim.

Artigo 79º

Preenchimento de vagas

1 — As vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.

2 — Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

Artigo 80º

Continuidade do mandato

Os titulares dos órgãos das autarquias locais servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.

Artigo 81º⁶⁶

Princípio da independência

Revogado.

Artigo 82º⁶⁷

Princípio da especialidade

Revogado.

Artigo 83º⁶⁸

⁶⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶⁷ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Objecto das deliberações

Revogado.

Artigo 84º⁶⁹
Reuniões públicas

Revogado.

Artigo 85º⁷⁰
Convocação ilegal de reuniões

Revogado.

Artigo 86º⁷¹
Período de antes da ordem do dia

Revogado.

Artigo 87º⁷²
Ordem do dia

Revogado.

Artigo 88º⁷³
Aprovação especial dos instrumentos previsionais

Revogado.

Artigo 89º⁷⁴
Quórum

Revogado.

Artigo 90º⁷⁵
Formas de votação

Revogado.

Artigo 91º⁷⁶
Publicidade das deliberações

Revogado.

Artigo 92º⁷⁷
Actas

⁶⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶⁹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁷⁰ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷¹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷² Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁷³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷⁵ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷⁶ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁷⁷ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Revogado.

Artigo 93º⁷⁸

Registo na acta do voto de vencido

Revogado.

Artigo 94º⁷⁹

Alvarás

Revogado.

Artigo 95º⁸⁰

Actos nulos

Revogado.

Artigo 96º⁸¹

Responsabilidade funcional

Revogado.

Artigo 97º⁸²

Responsabilidade pessoal

Revogado.

Artigo 98º⁸³

Formalidades dos requerimentos de convocação de sessões extraordinárias

Revogado.

Artigo 99º⁸⁴

Impossibilidade de realização de eleições intercalares

Revogado.

Artigo 99º-A⁸⁵

Prazos

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos na presente lei são contínuos.

Artigo 99º-B⁸⁶

Regiões Autónomas

⁷⁸ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁷⁹ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁸⁰ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁸¹ Revogado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

⁸² Revogado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro.

⁸³ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁸⁴ Revogado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anteriormente alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).

⁸⁵ Aditado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

⁸⁶ Aditado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

As competências atribuídas no presente diploma ao Governo são exercidas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelo respectivo Governo Regional.

CAPÍTULO VI
Disposições finais e transitórias

Artigo 100º
Norma revogatória

1 — São revogados o Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, a Lei nº 23/97, de 2 de Julho, a Lei nº 17/99, de 25 de Março, e a Lei nº 96/99, de 17 de Julho.

2 — São igualmente revogados o artigo 8º do Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril, o artigo 27º do Decreto-Lei nº 45248, de 16 de Setembro de 1963, os artigos 1º a 4º da Lei nº 11/96, de 18 de Abril, os artigos 99º, 102º e 104º do Código Administrativo, bem como todas as disposições legislativas contrárias ao disposto na presente lei.

3 — As referências feitas na Lei nº 11/96, de 18 de Abril, a disposições agora revogadas entendem-se como feitas para as disposições correspondentes desta lei.

Artigo 101º
Produção de efeitos

O disposto na alínea e) do nº 4 do artigo 53º e nas alíneas o) e p) do nº 1 do artigo 64º produz efeitos relativamente às atribuições dos subsídios nelas previstos, realizadas no decurso da vigência do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

Artigo 102º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 2 de Julho de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 3 de Setembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 9 de Setembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.